

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 202 - Brasília, quinta-feira, 11 de abril de 1996

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (foto) aprovou ontem, após sabatina, a indicação de ministros classistas do Tribunal Superior do Trabalho, como representantes dos empregadores, no triênio 96/99. Durante a reunião, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) questionou a concessão de aposentadoria especial a que têm direito os ministros classistas. Página 3



Governo induziu Senado a erro no Caso Sivam, afirma Josaphat

Para senador, o decreto de dispensa de licitação do Sivam perdeu a legitimidade jurídica, o que obriga o Senado a rever suas decisões sobre o assunto

Projeto aprovado torna obrigatória nova seringa

O Senado aprovou ontem projeto que obriga os fabricantes de seringas descartáveis a incluírem um dispositivo de segurança para que elas não possam ser reutilizadas. Eles terão 3 meses, depois que o projeto for sancionado pelo presidente da República, para mudarem as atuais seringas descartáveis.

O objetivo do projeto, apresentado cinco anos atrás pelo então senador Márcio Lacerda (MT), é reduzir a transmissão da Aids pelo compartilhamento ou reutilização das seringas entre os usuários de drogas. A proposta original dava quatro anos para que a indústria se adaptasse à nova exigência, prazo que passou para três meses.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse ontem que o governo federal induziu o Senado a erro de julgamento de pessoa jurídica, ao incluir a Esca (posteriormente descredenciada sob alegação de inidoneidade) como empresa integradora do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) em diversas resoluções editadas em 1994. Ele defendeu também a realização de licitação para a implementação do projeto.

-O Executivo transmitiu ao Senado uma impressão de certeza e legitimidade, que conduziu às resoluções autorizadoras - afirmou o senador baiano. Ele garantiu que do ponto de vista jurídico, e considerado o controverso histórico do projeto Sivam, ficou deslegitimado o decreto de dispensa de licitação.

O senador registrou que, em julho de 1992, a Raytheon assinou memorando de entendimento com a Esca, para que as duas empresas trabalhassem

em regime de mútua exclusividade no Sivam. A aliança prévia entre as empresas no empenho de domínio do projeto contra-indica a atuação de ambas no Sivam, sobretudo sem licitação, argumentou.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que atuou como relator das comissões do Senado que analisaram o Sivam, tendo votado pela manu-

tenção do projeto, disse que ainda há tempo para que o mesmo seja discutido à luz dos argumentos jurídicos formulados por Josaphat Marinho.

Já o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) afirmou sentir-se confortado ao constatar que a análise crítica de Josaphat reforça a sua opinião e reiterou pedido de licitação para o Sivam.

Senadores vão ao TCU em busca de informações

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), designou ontem os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) para buscarem informações junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do andamento do relatório sobre o Sivam.

Suplicy e Simon preten-

dem ter uma audiência com o relator da matéria no tribunal, ministro Adhemar Ghisi. Eles querem saber se está prestes a ser concluído o parecer do TCU sobre a legalidade ou não dos contratos firmados para a execução do sistema de vigilância da Amazônia. A sugestão de uma visita ao TCU partiu do senador Suplicy.

Mauro Miranda critica apatia de ministros

Para senador, presidente da República precisa "sacudir" seus auxiliares ou "substituir aqueles que estejam cansados da glória ou não trabalhem para o conjunto da sociedade"

Lauro diz que fujimorização já ocorre no Brasil



Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que o processo de fujimorização já está acontecendo no Brasil e que a situação do país o preocupa e entristece. Segundo ele, "as esquerdas terão que assumir uma posição", porque ele próprio e outros colegas já pensaram em abandonar o mandato. "Quem sabe se um dia, sendo completamente sem eco a nossa voz, a oposição massacrada tenha um gesto?", indagou Lauro Campos, para acrescentar que, retirando-se a oposição, mostraremos o rei nu".

Lauro Campos justificou sua ausência, por dois meses, do Senado Federal, afirmando que a consciência da sua inutilidade total o levou a afastar-se da Casa.

Marluce propõe busca de crianças desaparecidas

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) anunciou que apresentará projeto de lei objetivando a organização de ampla campanha de busca de crianças desaparecidas no país. Conforme o projeto, fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, além de mensagens, serão divulgadas pelos meios de co-



Marluce Pinto

municação e estampadas nos transportes coletivos mantidos pelos municípios, estados e União ou por empresas concessionárias.

A participação das empresas privadas será facultativa. As que se integrarem à campanha receberão incentivos fiscais, segundo a proposta.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa "sacudir seu Ministério, fazer trovejar a voz do Olimpo para reanimar a sua equipe de governo, ou substituir aqueles que estejam cansados da glória ou não trabalhem para o conjunto da sociedade".

O país do subdesenvolvimento não pode esperar pelos resultados do país das reformas. A paralisia é inquietante - disse o senador.

Como exemplo de "apatia oficial", Mauro citou a privatização que, segundo disse, não avança; as taxas de juros que continuam altas, e a queda crescente no nível de emprego. Além disso, observou, "a rede pública de saúde está falida, o setor educacional consome-se nos debates que não levam a providências efetivas; as receitas de exportação sobem com os ônus pesados de uma estrutura rodoferroviária arcaica e ineficiente e os estados e municípios vivem o doloroso calvário da insolvência".

PROGRAMAÇÃO DA AGÊNCIA SENADO/RADIOSAT

PARA 5ª-FEIRA (11/4/96)

- 9h45 - Informativo Senado em Linha Direta
- 9h55 - Agenda Senado
- 10h - Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos
- 14h25 - Sessão Deliberativa do Senado
- 19h - Voz do Brasil

- 20h - Grade de programação para 6ª-feira (12/4/96)

Obs.: Para informações de ordem técnica, os interessados devem entrar em contato com a Subsecretaria Técnica e Eletrônica do Senado Federal - Fax.: (061) 311-4540.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

- 10h30 - Recebe o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo.
- 11h - Preside Sessão Solene do Congresso em homenagem ao centenário de nascimento do engenheiro Israel Pinheiro.
- 14h30 - Preside Sessão Ordinária Deliberativa do Senado.
- 18h - Recebe a ministra da Indústria e do Comércio, Dorothea Werneck.
- 18h30 - Recebe o deputado Edinho Araújo (PMDB/SP) e a União Mundial dos Profissionais Liberais.

PLENÁRIO

- 11h - Sessão Solene do Congresso
- Pauta:** Homenagem ao centenário de nascimento do engenheiro Israel Pinheiro. Local: Plenário do Senado.
- 14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
- Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 26/95, que dispõe sobre a participação das partes interessadas nas reuniões de órgãos colegiados da administração pública direta; e *PLS nº 282/95, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Picos, no Piauí.

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre os procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de leis reguladoras do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95 (Ordem Econômica).

Pauta: Instalação da comissão. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 196/93 (não terminativo), que estende o seguro-desemprego ao trabalhador rural; *PLC nº 16/96 (não terminativo), que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências; *PLC nº 27/95 (não terminativo), que dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica, e dá outras providências; *PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da previdência social; e *PLS nº 216/95 (terminativo), que dispõe sobre a mineração em terras indígenas, e dá outras providências. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Acaba a prescrição de pena para acusado que desaparecer

Medida está prevista em projeto que altera Código de Processo Penal, a ser encaminhado à sanção do presidente da República

Os senadores aprovaram ontem projeto que pretende pôr fim à manobra de criminosos que desaparecem de cena até que seus crimes sejam prescritos. Com a mudança, ficam suspensos o processo e a prescrição quando o



Waldeck

acusado, citado por edital, não comparecer perante o juiz e nem constituir advogado. O projeto, que altera o Código de Processo Penal, agora vai à sanção do presidente da República.

Outro projeto aprovado ontem pelo Senado, já em turno suplementar, proíbe os membros do Conselho Nacional de Desestatização, os administradores das empresas incluídas na privatização ou das instituições públicas detentoras das ações das empresas a serem vendidas pelo governo de comprarem ações ou bens levados à privatização. Essas mesmas pessoas não poderão participar da ad-

ministração da empresa vendida nos cinco anos seguintes.

DOAÇÕES

Os senadores aprovaram ainda projeto de resolução desburocratizando as doações internacionais a estados e municípios. Até

agora, qualquer doação estrangeira a um estado deveria receber antes aprovação do Senado. A proposta, de autoria do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), vai à promulgação pelo presidente do Senado.

RÁDIO

Três projetos de decreto legislativo sobre concessão de rádio também receberam votação favorável na sessão de ontem. Foi outorgada permissão à Executiva FM Ltda., para instalar uma emissora em Salgueiro, Pernambuco. Foram renovadas as concessões das rádios Itaporã, do município de Itaporã (MS) e Guarathan, de Santa Maria (RS).

Durante a votação das rádios, o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), questionou a indicação do diretor de jornalismo da Rede Globo como representante da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social. Conforme José Eduardo, o presidente do Senado, José Sarney, encaminhou o cargo aos líderes fazendo as indicações. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs que os líderes se reúnam para tratar do assunto. Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPB, perguntou quem escolheu os nomes para representar a sociedade civil, já que os outros foram indicados por entidades de classe.

JORNALISTAS

O senador Ermandes Amorim (PMDB-RO) apresentou requerimento à Mesa do Senado solicitando informação sobre o número de jornalistas contratados pela Casa e seus respectivos salários, lotação e data de admissão.

Lobão propõe imposto para manter rodovias

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou ontem proposta de emenda constitucional que cria imposto federal sobre petróleo, derivados e outros combustíveis líquidos e gasosos, cujos recursos deverão ser destinados à construção, manutenção e restauração de rodovias. A emenda prevê a extinção de outros impostos incidentes sobre combustíveis, existentes em diversas esferas.



Lobão

Júnia Marise elogia luta dos sem-terra



A senadora Júnia Marise (PDT-MG) manifestou ontem sua solidariedade às caminhadas do Movimento

Júnia Marise dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela reforma agrária. Júnia lamentou a repressão promovida pela Polícia Militar em Belo Horizonte, na terça-feira, contra "trabalhadores que dispõem apenas de seu ideal e de suas ferramentas de trabalho".

Júnia Marise fez também um apelo ao governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, para que ele determine um levantamento completo das terras devolutas no estado e as destine a programas de reforma agrária.

Arraes pede apoio a aprovação de títulos

O governador Miguel Arraes, de Pernambuco, pediu ontem apoio do presidente do Senado, José Sarney, à rápida tramitação de pedido de autorização para o estado lançar títulos destinados à cobertura de precatórios judiciais. Sarney, segundo Arraes, prometeu apressar a tramitação da matéria, que já conta com o aval técnico do Banco Central.

Aprovados conselheiros do Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem a indicação de Gesner José Oliveira Filho para o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. Também foram aprovados os nomes de Antônio Carlos Fonseca da Silva, Leônidas Rangel Xausa, Lúcia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Renault de Freitas Castro para conselheiros.

CCJ aprova novos ministros classistas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem mensagens do presidente da República indicando Galba Magalhães Velloso - reconduzido ao cargo - e Antônio Fábio Ribeiro para ministros classistas temporários do Tribunal Superior do Trabalho, como representantes dos empregadores, no triênio 1996 a 1999.

Também foram aprovadas as indicações de Juraci Candeia de Souza e José Bráulio Bassini para suplentes de ministros classistas temporários. As mensagens serão submetidas agora à apreciação do plenário.

Respondendo a pergunta do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) - relator de proposta de emenda constitucional de autoria do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) que extingue o cargo de juiz classista -, Galba Velloso manifestou-se favorável a um processo de seleção rigorosa na escolha dos ministros classistas.

Também participaram dos debates na CCJ os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo, Romeu Tuma (PSL-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Cientista indiana debate globalização

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) realizou ontem audiência pública com a presença da física nuclear Vandana Shiva, diretora do Research Foundation for Science, Technology and Natural Resource Policy, da Índia. Em sua conferência sobre o tema "Globalização, Biodiversidade e Direitos Comunitários", Vandana Shiva defendeu um planejamento integrado nos países do Terceiro Mundo como condição para a melhoria da qualidade de vida de suas populações.

A audiência, requerida pela senadora Marina Silva (PT-AC), contou com a presença de representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e de líderes de comunidades indígenas.

Presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), a audiência pública contou, ainda, com presença dos senadores Joel de Hollanda (PFL-PE) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

Cabral apóia protesto sobre Zona Franca

Carta do presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus, Daurio Fernandes Braga, denunciando a intenção do governo de reeditar o contingenciamento das importações da Zona Franca de Manaus, foi lida em plenário pelo senador Bernardo Cabral. "Continuarei denunciando o tratamento desrespeitoso do Ministério do Planejamento à Zona Franca", afirmou.

Congresso aprova plano que prevê investimento de R\$ 900 bi

No final do século, país estará investindo anualmente 20,5% do Produto Interno Bruto, de acordo com previsão do PPA

O Congresso Nacional aprovou ontem o substitutivo da Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ao projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período 1996/1999. O plano prevê que nos próximos quatro anos os investimentos globais na economia brasileira devem atingir R\$ 900 bilhões.

De acordo com o PPA, ao final do século, os investimentos totais do país, que no ano passado situavam-se em 18,5% do PIB (Produto Interno Bruto), devem ser ampliados para 20,5%.

Na mesma sessão, foi lida mensagem do presidente da República comunicando o veto integral ao projeto de lei que anistia as multas aplicadas às entidades sindicais dos petro-

leiros pelo Tribunal Superior do Trabalho, em decorrência da greve do ano passado.

A mensagem será examinada por uma comissão mista, constituída de três deputados e três senadores, que a partir de hoje terá um prazo de 20 dias para apresentar seu relatório. Depois disso, a matéria será submetida à apreciação do plenário do Congresso.

Alves culpa governo pela crise na saúde



José Alves

Após um ano e quatro meses de administração do atual governo, a saúde do país continua na UTI por falta de vontade política, afirmou ontem o senador José Alves (PFL-SE), ao registrar o transcurso do Dia Mundial da Saúde, no domingo, 7 de abril.

Para o senador, as leis e regulamentos atualmente existentes são suficientes para superar a precariedade dos serviços de saúde.

O problema, segundo o senador, é que o orçamento da Seguridade Social sofre restrições de natureza administrativa e "principalmente política". Na sua opinião, por conta das dificuldades econômicas, o orçamento da Seguridade tem sido destinado a

outras finalidades.

Isso ocorre, a seu ver, porque a saúde não está colocada entre as prioridades da política governamental. As prioridades, afirmou José Alves, estão sendo determinadas pela

força de cada ministro, "sempre sob a hegemonia da equipe econômica, atualmente preocupada em aplicar transfusões em bancos anêmicos e engordar, ainda mais, as regiões mais industrializadas".

Para Benedita, há descaso com setor

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem a adoção no país de uma política destinada a combater "a dramática situação da saúde do povo brasileiro", e atribuiu os problemas do setor ao descaso dos governantes.

Benedita informou que o Brasil investe por ano 80 dólares per capita em saúde, "enquanto Cuba, apesar de ser um país pobre e limitado geograficamente, que sofre um bloqueio econômico há mais de 30 anos, está em dia com a educação, está na vanguarda



Benedita

da saúde". O Chile, segundo a senadora, vem aplicando 70% de todo o seu orçamento em políticas sociais, os Estados Unidos investem em saúde 2.700 dólares per capita e a Argentina, 250 dólares.

De acordo com Benedita, a cada 30 minutos morrem 20 crianças tendo como causa a desnutrição profunda.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social — Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação — Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo — Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa — José do Carmo Andrade

■ Editores — Djalba Lima, Edson Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação — Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos — Cêlio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do

Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal